

# Entrada em funcionamento do Sistema de Depósito e Reembolso em Portugal “só peca por tardia”

A implementação do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) em Portugal traz à discussão empresas e associações como Sociedade Ponto Verde, Tetra Pak Iberia, ESGRA, PROBEB e ZERO, refletindo diferentes perspetivas sobre reciclagem, logística e comportamento do consumidor. Entre entusiasmo, cautela e propostas de inovação tecnológica, o sistema promete redefinir a gestão de embalagens de bebidas, exigindo cooperação entre produtores, retalhistas e cidadãos para alcançar resultados eficazes e sustentáveis.



Portugal prepara-se para dar um passo histórico na gestão de resíduos de embalagens de bebidas com a entrada em funcionamento, em abril deste ano, do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR). O novo modelo introduz um mecanismo de incentivo económico direto: o consumidor paga um depósito no momento da compra e recebe-o de volta ao devolver a embalagem num ponto de recolha autorizado. Inspirado em experiências de sucesso em países como Alemanha, Noruega e Dinamarca, o SDR

promete não apenas aumentar as taxas de recolha, mas também melhorar a qualidade do material reciclado e contribuir de forma decisiva para a transição do país para uma economia circular. Apesar do potencial, o sistema chega a Portugal num contexto complexo, onde há mais de vinte anos existe o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE). Especialistas, empresas e associações do setor reconhecem o valor do novo modelo, mas alertam para desafios de articulação, comunicação e

inclusão de materiais atualmente fora do âmbito do SDR, como vidro e embalagens de cartão para bebidas. A reportagem que se segue explora, através de entrevistas com cinco entidades-chave, os benefícios, preocupações e oportunidades do SDR, analisando o impacto esperado na sociedade, nos consumidores e na cadeia de valor do setor de embalagens.

O Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) para embalagens de bebidas entra em funcionamento em Portugal como uma das mais relevantes alterações ao modelo de gestão de resíduos das últimas décadas. Aplicável, numa primeira fase, a garrafas de plástico PET e embalagens metálicas até três litros, o sistema assenta num mecanismo de incentivo económico direto: o consumidor paga um valor de depósito no momento da compra e recupera-o quando devolve a embalagem vazia num ponto de recolha autorizado.

A ambição é clara: aumentar significativamente as taxas de recolha e reciclagem, melhorar a qualidade dos materiais encaminhados e contribuir para o cumprimento das metas europeias. No entanto, o SDR chega a um país onde vigora, há mais de vinte anos, o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), baseado na recolha seletiva através de ecopontos.

Esta especificidade nacional levanta desde logo desafios de articulação. Para Paulo Praça, presidente da direção da ESGRA, a implementação do novo sistema acontece “num contexto onde vigora um modelo completamente diferente há mais de vinte anos”, o que implica “necessariamente um período de aprendizagem” e um esforço acrescido de coordenação entre entidades. O responsável alerta ainda para o risco de “duplicação de esforço e investimento”, defendendo que o SDR não deve comprometer a eficiência do sistema já existente.

Ainda assim, o enquadramento europeu e a pressão para o cumprimento de metas colocam o SDR no centro da agenda ambiental. A sua entrada em vigor representa, para várias entidades, não um ponto de chegada, mas o início de um processo de adaptação e ajustamento contínuo.

O principal argumento a favor do Sistema de Depósito e Reembolso reside no seu histórico de sucesso noutros países europeus. Alemanha, Noruega ou Dinamarca apresentam taxas de retorno próximas dos 90%, valores muito superiores aos alcançados por sistemas exclusivamente baseados em ecopontos.



Paulo Praça, ESGRA

Para a associação ambientalista ZERO, esta evidência internacional é determinante. “A entrada em vigor do SDR para as embalagens de bebidas de plástico e metal só peca por tardia”, afirma Susana Fonseca, sublinhando que o sistema estava previsto para 2022. Segundo a responsável, “são normalmente sistemas que produzem resultados muito interessantes, muito acima de outros métodos alternativos, como o ecoponto”.

Também a Sociedade Ponto Verde destaca a experiência internacional como fator de confiança. A CEO da entidade, Ana Trigo Morais, refere que “o funcionamento em países europeus como a Noruega, Alemanha ou Dinamarca mostra que este novo modelo, em complemento à rede existente, traz conveniência e garante a capilaridade necessária para a adesão dos cidadãos”.

A PROBEB partilha esta leitura, mas introduz uma nuance relevante. Para Márcio Cruz, presidente da associação, o valor do SDR “não está apenas em aumentar quantidades recolhidas, mas em assegurar materiais de elevada qualidade, compatíveis com reciclagem alimentar”. A experiência internacional demonstra, segundo o responsável, que não existe um



Para a ESGRA, é fundamental que o sistema “funcione bem e seja transparente quanto ao fluxo financeiro e material”...



Ao permitir atribuir um valor a algo que antes era visto apenas como um resíduo, o SDR pode levar a que outros resíduos também sejam vistos como tendo valor...



Susana Fonseca, ZERO

...o funcionamento em países europeus como a Noruega, Alemanha ou Dinamarca mostra que este novo modelo, em complemento à rede existente, traz conveniência e garante a capilaridade....



Ana Trigo Morais,  
Sociedade Ponto Verde

modelo único e que os sistemas devem ser adaptados à realidade social, económica e territorial de cada país.

#### Incentivo económico e mudança de comportamentos

A lógica do depósito introduz um elemento novo na relação dos consumidores com os resíduos: o reconhecimento explícito de um valor económico associado à embalagem vazia. Para várias entidades, este incentivo tem potencial para alterar comportamentos de forma significativa.

“Ao permitir atribuir um valor a algo que antes era visto apenas como um resíduo, o SDR pode levar a que outros resíduos também sejam vistos como tendo valor”, defende Susana Fonseca, da ZERO. A responsável acredita que este efeito pode ter impactos positivos indiretos na adesão à separação seletiva em geral.

A PROBEB concorda que o sistema pode reforçar a perceção de valor das embalagens, sobretudo no caso do PET, cuja recolha dedicada reduz a contaminação e a degradação do material. No entanto, Márcio Cruz alerta que “a adesão dos consumidores dependerá da simplicidade, proximidade e clareza do sistema, mais do que do valor monetário do depósito em si”. Sem estes fatores, existe o risco de fadiga ou resistência à participação.

Também a Tetra Pak reconhece o potencial do incentivo económico. Para Ingrid Falcão, Sustainability Manager da empresa, o SDR “vai reforçar o envolvimento dos cidadãos na gestão de resíduos de embalagens, garantindo que boas práticas têm uma recompensa económica”. Ainda assim, a responsável sublinha que este envolvimento deve estender-se a outros fluxos de resíduos, uma vez que a recolha seletiva tradicional continuará a ser essencial.

#### Complementaridade ou sobreposição de sistemas?

Um dos pontos mais sensíveis no debate

em torno do SDR prende-se com a sua articulação com os sistemas já existentes. A coexistência entre o SDR e o SIGRE levanta dúvidas quanto à eficiência operacional e à clareza para o consumidor.

A ESGRA manifesta reservas claras. Paulo Praça considera que, na fase inicial, poderá verificar-se “uma eventual deposição das embalagens do SDR nos meios de recolha seletiva e indiferenciada sob a responsabilidade dos municípios”, situação que exigirá uma articulação cuidada entre sistemas.

A PROBEB partilha a preocupação com a sobreposição. “Existe o risco de o SDR ser visto como uma solução isolada, quando deve estar integrado com o restante sistema de gestão de resíduos”, afirma Márcio Cruz, defendendo uma implementação baseada em dados, pilotos e avaliação contínua.

A Sociedade Ponto Verde adota uma perspetiva mais conciliadora. Ana Trigo Morais considera que o SDR “representa uma evolução na gestão dos resíduos em Portugal”, desde que seja potenciado pela cooperação entre todos os parceiros do SIGRE e do novo sistema. A responsável sublinha ainda a importância de mecanismos de compensação financeira justos, a definir pela ERSAR, como facilitadores dessa integração.

Para além do aumento das taxas de recolha, várias entidades defendem que o principal contributo do SDR está na melhoria da qualidade do material recolhido. Este aspeto é particularmente relevante para o plástico PET.

“A recolha dedicada reduz significativamente a contaminação por resíduos orgânicos e a degradação da qualidade do plástico”, explica Márcio Cruz, da PROBEB. O responsável sublinha que, para o setor das bebidas, o acesso a PET limpo e adequado ao contacto alimentar é uma condição essencial para a transição para uma economia circular baseada no princípio do bottle-to-bottle.

A ZERO reforça esta ideia, defendendo que o SDR assegura o encaminhamento correto das embalagens e facilita a sua reciclagem efetiva. Já a Sociedade Ponto Verde destaca que o sistema pode “melhorar a qualidade dos materiais, reduzir o littering e a deposição em aterro”, contribuindo para resultados ambientais mais robustos.

No entanto, a Tetra Pak alerta para os riscos de uma abordagem demasiado centrada em poucos materiais. Ingrid Falcão lembra que, para cumprir as metas da União Europeia, “há uma forte necessidade de investir em infraestruturas e na sensibilização dos consumidores” para

garantir a recolha e reciclagem de outros materiais essenciais de embalagem alimentar.

#### O que fica de fora?

A exclusão de determinados materiais do âmbito inicial do SDR é uma das críticas mais recorrentes. Para a ZERO, a ausência do vidro representa uma falha estrutural. “Havia todas as razões para o incluir no sistema”, afirma Susana Fonseca, alertando para a probabilidade de Portugal continuar a falhar as metas de reciclagem deste material.

A Tetra Pak centra a sua preocupação nas Embalagens de Cartão para Alimentos Líquidos (ECAL), atualmente fora do sistema. Ingrid Falcão considera que, sem uma comunicação clara, existe o risco de os consumidores “esquecerem” a recolha seletiva padronizada, desviando a atenção apenas para o novo sistema de depósito.

A responsável lembra ainda que a legislação prevê uma revisão do SDR em 2029 e defende a inclusão de novos formatos, como os laticínios, à semelhança do que está a acontecer noutros países europeus. “Caso contrário, o único resultado poderá ser ainda mais confusão dos consumidores e taxas de recolha mais baixas”, alerta.

Apesar das diferenças de perspetiva,



Márcio Cruz, PROBEB

existe um consenso alargado quanto às condições essenciais para o sucesso do SDR. Comunicação clara, transparência e confiança surgem como fatores decisivos.

Para a ESGRA, é fundamental que o sistema “funcione bem e seja transparente quanto ao fluxo financeiro e material”, garantindo que o consumidor compreende claramente o mecanismo do depósito e do reembolso. A ZERO defende campanhas de sensibilização contínuas e a divulgação pública dos resultados alcançados, como forma de reforçar a confiança dos cidadãos.

A PROBEB sublinha a importância de uma governação baseada em dados e



...o valor do SDR “não está apenas em aumentar quantidades recolhidas, mas em assegurar materiais de elevada qualidade, compatíveis com reciclagem alimentar”...



...o SDR “vai reforçar o envolvimento dos cidadãos na gestão de resíduos de embalagens, garantindo que boas práticas têm uma recompensa económica”...



Ingrid Falcão, Tetra Pak

de uma distribuição justa de custos e responsabilidades ao longo da cadeia de valor. Já a Sociedade Ponto Verde reafirma o compromisso de trabalhar em articulação com a Associação SDR Portugal e demais entidades, assegurando “uma implementação operacional robusta e integrada”.

#### **A inovação e a tecnologia do sistema**

Para além dos aspetos comportamentais e operacionais, o SDR oferece oportunidades de inovação tecnológica e integração digital, que podem transformar a gestão de resíduos em Portugal. A implementação de sistemas de leitura automática, códigos QR nas embalagens ou plataformas digitais de gestão do depósito permite monitorizar em tempo real os fluxos de recolha, facilitando ajustes rápidos e a otimização da logística.

Ana Trigo Moraes, CEO da Sociedade Ponto Verde, destaca que “a digitalização e a monitorização em tempo real podem assegurar que cada embalagem é rastreada, permitindo corrigir desvios e otimizar a eficiência do sistema”. Este tipo de inovação cria não apenas benefícios ambientais, mas também operacionais, garantindo maior transparência e confiança junto dos consumidores.

Para Susana Fonseca, da ZERO, a tecnologia pode também melhorar a experiência do utilizador: “Um sistema fácil de utilizar, com pontos de recolha bem sinalizados e informação clara através de apps ou plataformas digitais, incentiva a adesão e minimiza erros ou devoluções incorretas”. Márcio Cruz, da PROBEB, acrescenta que a integração tecnológica é uma oportunidade para reforçar a economia circular: “Com dados precisos sobre volumes e qualidade dos materiais recolhidos, podemos planejar melhor a logística, reduzir custos e assegurar que o PET e outros materiais chegam em condições ótimas às unidades de reciclagem, fechando o ciclo produtivo de forma eficiente”.

Já Ingrid Falcão, da Tetra Pak, reforça a necessidade de acompanhar a evolução do sistema com inovação: “Se quisermos incluir outras embalagens, como ECAL ou lacticínios, será essencial dispor de sistemas digitais que consigam gerir múltiplos fluxos, garantindo rastreabilidade, transparência e eficiência em toda a cadeia”.

Em conjunto, as opiniões mostram que o SDR, além de ser um mecanismo económico e ambiental, tem potencial para incutir uma cultura de inovação tecnológica no setor de resíduos, melhorando não apenas os resultados de reciclagem, mas também a integração entre consumidores, retalhistas e operadores logísticos. Para os diferentes atores ouvidos nesta reportagem, o sucesso do Sistema de Depósito e Reembolso dependerá de um equilíbrio delicado entre eficácia operacional, inovação tecnológica e envolvimento dos cidadãos. As associações ambientais, como a ZERO e a PROBEB, destacam a importância de assegurar que o sistema valorize realmente os resíduos e incentive comportamentos sustentáveis, sem criar confusão ou sobreposição com a recolha seletiva existente. Por outro lado, entidades como a Sociedade Ponto Verde e a Tetra Pak sublinham a necessidade de integração e coordenação entre todos os intervenientes da cadeia, desde produtores e retalhistas até às plataformas de recolha, garantindo que o SDR contribua para a qualidade do material reciclado e para a economia circular de forma robusta. Já a ESGRA alerta para os desafios práticos da implementação inicial, como a articulação com o SIGRE e o risco de duplicação de esforços, reforçando que o verdadeiro impacto ambiental só será atingido se houver planeamento, transparência e acompanhamento contínuo.

No conjunto das perspetivas recolhidas, fica claro que o SDR é mais do que um mecanismo de depósito: é um teste à capacidade de colaboração e à maturidade ambiental de Portugal. O entusiasmo pela experiência internacional, o foco na qualidade do material, a necessidade de comunicação clara e a aposta na inovação tecnológica emergem como fatores essenciais para que o sistema seja aceite socialmente e gere resultados concretos. Para os entrevistados, o desafio não é apenas recolher embalagens, mas construir uma cultura de responsabilidade partilhada, onde consumidores, empresas e autoridades públicas trabalhem em conjunto para consolidar um modelo de reciclagem eficiente, transparente e duradouro.